

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.587 - RS (2018/0306953-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ANA LUCIA ATHAYDE
ADVOGADO : JOSIANE PASA - RS055056
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH - RS0034012

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AFASTADA EM VIRTUDE DO INDICATIVO DE QUE A AUTORA NÃO TEVE O CUIDADO NECESSÁRIO À PRESERVAÇÃO DO SIGILO DE SUA SENHA. À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

A parte agravante sustenta que o acórdão estadual é omissivo, e que o Código de Defesa do Consumidor, aplicável à lide, determina a aplicação da teoria do risco objetivo e da inversão do ônus da prova, motivo por que as alegações da autora devem ser tidas como verdade.

Quanto à alegada violação dos arts. 373, I, 489, § 1º, IV, 1.013, e 1.022, II, do Código de Processo Civil, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

No que se refere ao ponto central da controvérsia, a Corte de origem assim manifestou seu entendimento:

Embora se esteja diante de uma relação de consumo, entendo não prosperar a tese da apelante, pois incontroverso que as movimentações efetivadas em sua conta corrente mantida junto à instituição financeira demandada dependiam da colocação de senha. Assim, inviável a responsabilização do banco, já que ao que tudo indica a autora não teve o cuidado necessário à preservação do sigilo de sua senha.

(...)

Saliento, que independente de se estar frente a uma relação de

consumo, a autora caberia demonstrar, minimamente, a ocorrência da falha na prestação do serviço, o que não ocorreu. Ao contrário, a última movimentação realizada na conta corrente de titularidade da autora ocorreu em 11.03.15, às 8h41, ou seja, anteriormente à comunicação à ré do extravio do cartão.

Merece destaque o fato de que a autora sustenta ter utilizado o cartão dia 10.03.2015, por volta das 13h, tendo somente percebido sua falta dia 11.03.2015 pela manhã, tendo se dirigido a Delegacia de Polícia e registrado ocorrência às 08h47 (fl. 38) e, posteriormente, telefonado para a instituição financeira.

Deste modo, é fato incontroverso que no horário em que efetuada a última transação, 8h41 de 11.03.2015, não havia o banco tomando ciência do extravio do cartão, não podendo a ele se imputar qualquer responsabilidade sobre os saques e compras efetuados até aquele momento.

Por fim, a alegação de que os saques teriam superado o limite estabelecido pela própria instituição financeira não prospera, uma vez que sequer demonstrada a alegada limitação estabelecida pelo requerido Banrisul, e sequer se mostrando absurdos os valores sacados (10.03.2015: R\$ 1.500,00 em caixa eletrônico e R\$ 1.500,00 em caixa 24 horas; e 11.03.2015: R\$ 1.800,00 em caixa eletrônico e R\$ 1.200,00 em caixa 24 horas). Sendo assim, vai mantida a sentença por seus próprios fundamentos.

O exame do voto condutor do acórdão recorrido esclarece que as instâncias ordinárias não consideraram como verdadeiros os fatos alegados pela recorrente, em face dos elementos de prova que constam dos autos. A demonstração da existência do ato ilícito e do nexo causal são pressupostos à aplicação do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido:

"A inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, deferida pelo magistrado de primeira instância, não tem caráter vinculante para o Tribunal de origem, que ao analisar o caso concreto à luz do princípio devolutivo, pode reputar ausente o nexo causal, e, portanto, afastar a verossimilhança ensejadora da inversão".

(AgRg no REsp 1.358.181/RN, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 06/08/2015)

Com efeito, a conclusão do Tribunal revisor, acerca da ausência de

verossimilhança das alegações da autora, foi obtida pela análise do conteúdo fático dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

À luz do exposto, nego provimento ao agravo. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios já arbitrados em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, ônus suspensos em face do deferimento da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

